

NO PRINCÍPIO ERA O ERRO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A MUDANÇA LINGUÍSTICA

CLARA BARROS*

Resumo: Este artigo pretende expor o modo como os falantes e a comunidade linguística encaram os fenómenos de mudança linguística. Numa perspetiva empírica e normativa, a forma tradicional de dizer é considerada correta e as novas formas, desviantes, são consideradas erros, um desvio em relação ao que se considera o bom uso. Mas a definição do «erro» na língua está também associada a parâmetros de variação social, cultural e geográfica. Foi também referida brevemente a perspetivação da mudança no âmbito de diversas correntes da linguística. Finalmente, são observados alguns casos de inovação em curso no português atual, inovações que se manifestam na pronúncia, mas também em novos usos gramaticais e lexicais. Considera-se finalmente que o erro enquanto desvio a uma norma prévia, tradicional é um sinal inequívoco de mudança.

Palavras-chave: Mudança linguística; Norma; Desvio; Erro.

Abstract: This article discusses the way in which the speakers and the linguistic community face the phenomena of linguistic change. From an empirical and normative perspective, the traditional way of speaking is considered correct and the new forms are considered errors, a deviation from what is considered good linguistic use. However, this definition of «error» in language is also associated with parameters of social, cultural and geographical variation. The paper also briefly mentions how linguistic change has been analysed in the context of several currents of linguistics. Finally, some cases of innovation in current Portuguese are examined, innovations which are manifested in pronunciation, but also in new grammatical and lexical uses. Finally, it is considered that an error as a deviation from a previous, traditional norm is an unmistakable sign of linguistic change.

Keywords: Linguistic change; Norm; Deviation; Error.

Quando analisamos a língua numa perspetiva normativa, a forma tradicional de dizer é considerada correta e as novas formas, desviantes, são consideradas erros, formas incorretas. Empiricamente sempre se falou e fala de erro em relação a formas linguísticas que constituem um desvio em relação ao que se considera o bom uso. O que define o erro é o afastamento desse uso. Assim, os falantes e a comunidade linguística têm a sua própria maneira de encarar a mudança. E reagem, corrigindo os erros de língua em nome de uma norma e de regras gramaticais já definidas e estabilizadas. Assumem portanto uma perspetiva normativa. Essa mesma comunidade tem ao mesmo tempo a capacidade de avaliar as formas como mais ou menos legítimas e prestigiadas — é aliás essa capacidade que partilham todos os falantes de uma mesma comunidade linguística — os juízos de avaliação subjetiva¹. E assim, ocorre que os traços diferentes e inovadores das variedades prestigiadas não são sentidos como erros e são mesmo imitados.

A variedade normativa que os gramáticos descrevem é o uso da boa linguagem. Desde cedo configuram uma variedade identificada com o bom uso da língua, a da literatura, a mais prestigiada, a da elite, diferente da língua do vulgo, dos plebeus, dos incultos «sem instrução». Há mesmo nos seus textos uma densidade de juízos de valor avaliativos e juízos perentórios — é erro qualquer desvio a esse bom uso da linguagem.

* Universidade do Porto. mbarros@letras.up.pt.

¹ LABOV, 2001.

Desde os gramáticos latinos que se associa o erro a usos de grupos desprestigiados ou pelo menos na base da pirâmide social, ou rústicos, opondo-se a usos característicos da urbanidade. Por exemplo em relação a um conhecido fenómeno de evolução do latim, a monotongação do ditongo/au/, os gramáticos Varrão e Festo documentam o fenómeno e referem-no como próprio dos rústicos e das classes não patrícias de Roma. Veja-se a seguinte afirmação de Festo: «Orata genus piscis appellatur a colore auri quod rustici 'orum' dicebant, ut aurículas, 'oriculas'»².

Os gramáticos latinos desde Ápio Claudio a Varrão, Quintiliano, Donato e Prisciano falam de *vitia* — erros cometidos por pessoas menos cultas, construções de uso vulgar, popular, distintas dos usos literários. Todos associam o erro a usos de grupos desprestigiados, na base da pirâmide social, ou rústicos opondo-se a usos polidos, urbanos. Mas a passagem do tempo e a evolução da língua faz com que varie o conceito do que é o bom uso. Veja-se como, no último quartel do século XVI, em 1576, o gramático português Duarte Nunes de Leão elabora uma obra (*Orthographia da Lingoa Portuguesa*), marcada por preconizar uma tendência de retorno ao Latim, em que propõe mesmo uma lista de correções de que selecionei algumas a título exemplificativo³:

REFORMAÇÃO de algũas palavras que a gente vulgar usa & escreve mal

ERRADAS	EMENDADAS	ERRADAS	EMENDADAS
Acolá	Aquolá	Ca, aduerbio local	Qua
Acupar	Occupar	Ca, por quia	Qua
Agabar	Gabar	Calidade	Qualidade
Antre	Entre	Cantidade	Quantidade
Apoupar	Poupar	Cinco	Cinquo
Avoar	Voar	Disforme	Deforme
Baixo	Baxo	Impunar	Impugnar
Barrer	Varrer	Joelhos	Geolhos

ERRADAS	EMENDADAS	ERRADAS	EMENDADAS
Nunca	Nunqua	Rendição	Redempção
Praceiro	Parceiro	Reção	Razão
Precurador	Procurador	Salmo	Psalmos
Precuração	Procuração	Somana	Semana
Pergunta	Pergunta	Tabalião	Tabellião

(cont.)

² Apud SILVA NETO, 1986: 121.

³ LEÃO, 1983: 69-71. Tratei de alguns aspetos da inovação lexical desse período da história do Português, numa comunicação intitulada «Inovação lexical na história da língua portuguesa», no Congresso Internacional *Língua Portuguesa: uma língua de futuro*, eixo temático: *As dinâmicas de inovação da língua portuguesa*, na Universidade de Coimbra, em dezembro de 2016 (ainda não publicada).

Preguntar	Perguntar	Teima	Thema
Preimatica	Pragmatica	Titor	Tutor
Prove	Pobre	Trelado	Traslado
Pruuico	Publico	Tribulo	Thuribulo
Pruuicar	Publicar	Visorei	Vicerei

As formas agora propostas, mais alatinadas, têm o prestígio de serem clássicas, próximas de uma língua com estatuto de perfeição. Como afirma o gramático João de Barros: «Vocabulos gregos, hebraicos e latinos que foram as três linguagêns a que podemos chamar princesas do mundo [...] principalmente a latina que foy a derradeira que teue a monarchia cuios filhos nós somos»⁴. É nessa linha de argumentação que Luís de Camões, em *Os Lusíadas* (Canto I, est. 33, v. 8), afirma que quando Vénus ouve a língua portuguesa «com pouca corrução crê que é a latina»⁵. Mas a palavra «corrução», bem como «dição» que figuram em *Os Lusíadas* tornar-se-ão mais latinas — «corrupção», «dicção» — a partir das conecções propostas, entre outros, por Duarte Nunes de Leão (como muitas outras usadas por muitos autores do período clássico). Nas formas relatinizadas, porque consideradas erradas por Duarte Nunes de Leão, figuram algumas usadas por Camões e pelos gramáticos João de Barros e Fernão de Oliveira. Podemos observar alguns exemplos: «dino», «benino» passam a «digno», «benigno», e «acupar» a «ocupar», «carónica» passa a «crónica» e «esprito» a «espírito», bem como «olifante» a «elefante», enquanto «avoar» e «agabar» perdem o *a* inicial. Mas «dano» não será «dapno», nem «salmo» passa a «psalmo», nem «fleuma» passa a «flegma», nem «douto», «doutor» a «docto», «doctor», nem «fruito» passa a «fructo». Podemos observar que o processo de relatinização foi geralmente bem aceite e as importações do latim foram bem-sucedidas, já que muitas dessas palavras vão ser assimiladas e farão parte da norma culta e até em muitos casos da língua corrente moderna. As palavras «novas», importadas diretamente do latim clássico sobretudo no século XVI, serão a norma do português moderno. Em alguns casos, porém, não foram aceites na norma e continuam a ser sentidas como formas estranhas, como acontece com «fructo», «dapno» ou «hacté» («até»). Alguns autores renascentistas usaram latinismos cuja circulação não terá sido significativa, como, por exemplo, Damião de Góis que escreve «epse» em vez de «esse», ou André de Resende que escreve «nocte», «septe», «oclos», «nunqua» e «hacte». Neste caso a forma alatinada das palavras não foi aceite nem mesmo na norma culta e portanto não se tornaram de uso geral.

Mas também estavam a ocorrer no século XVI, ou mesmo um pouco antes⁶, evoluções fonéticas e fonológicas que foram descritas pelos gramáticos como erros de pronúncia, como se observa no caso do sistema das sibilantes. Quer Fernão de Oliveira⁷, quer Pero de Magalhães de Gândavo referem o facto: Gândavo diz «[q]ue se costumam trocar e em que

⁴ BARROS, 1971: 53.

⁵ CAMÕES, 2000: 9.

⁶ MAIA, 1995: 25; MAIA, 2003: 786-7.

⁷ OLIVEIRA, 1975: 55-56.

se cometem mais vícios nesta nossa linguagem» e afirma que, sabendo a pronúncia certa, se «poderão vedar muitos erros»⁸. Ambos os gramáticos classificam portanto como erro a neutralização da oposição entre as apicoalveolares /ʃ/ e /z/ e as pré-dorso-dentais /s/ e /z/. Ou seja condenam como erro a evolução do sistema para o do português moderno.

O abandono da normatividade em prol de uma perspectiva descritiva e explicativa dos fenómenos linguísticos representa uma mudança de paradigma e é o momento fundador do pensamento linguístico científico. Os fenómenos que se afastam do uso tradicional não são já encarados como erros, mas são analisados como fenómenos de evolução linguística. A dicotomia fundamental deixa de ser correto *versus* incorreto — em que o erro tem de ser corrigido, para ser adequado *versus* inadequado. O erro, agora encarado como um novo uso, deve ser descrito e explicado.

Mas houve uma evolução ao longo da história da linguística no modo como foram encaradas as mudanças. A análise desses fenómenos foi considerada de modos diversos e nem sempre foi orientada para descobrir uma explicação dos fenómenos em curso. Assim, foi encarada numa perspectiva decadentista no século XIX e no início do século XX. A abordagem teórica e metodológica da escola comparatista e histórica iniciada por Franz Bopp, em certa medida explicava os fenómenos de evolução por um determinismo fatalista⁹. E esta perspectiva irá manter-se até à obra de Saussure, que inaugura o estudo linguístico do sistema sincrónico, mas no campo da análise da mudança se caracteriza por uma conceção de uma diacronia determinista e assistemática¹⁰. A mudança foi posteriormente analisada numa perspectiva finalista — sendo explicada pelo equilíbrio da estrutura e preservação da função comunicativa, no quadro do estruturalismo funcionalista¹¹. Mas também em abordagens acidentalistas com descrição dos fenómenos por alteração de parâmetros da gramática, sem preocupações de ordem «causalista»¹². A mudança linguística foi também analisada numa perspectiva de motivação social e explicada por correlação com aspetos sociais como a interação entre grupos sociais e as relações com fenómenos de prestígio das variáveis linguísticas¹³. Ou ainda, mais recentemente, numa perspectiva pragmática e discursiva que relaciona a evolução da língua com a história dos textos-discursos¹⁴.

Mas apesar de toda a reflexão da linguística e de todas as respostas encontradas, no juízo de valor dos falantes, continuaremos a achar exemplos da consideração das novas formas como erro. E esses erros ou inovações manifestam-se na pronúncia, mas também em novos usos gramaticais e lexicais. Podemos deter-nos em exemplos de evoluções em curso no português atual (em alguns casos são criações por regularização analógica):

a) Quando um falante de português diz *uma* hematoma, *uma* carcinoma, *uma* aneurisma, ou *um* Taco (= uma TAC), está a efetivar regularizações de género, de acordo

⁸ GÂNDAVO, 1574: 17-8.

⁹ Cf. MATTOS E SILVA, 2008: 14.

¹⁰ SAUSSURE, 1974.

¹¹ MARTINET, 1976.

¹² LIGHTFOOT, 2001.

¹³ LABOV, 1996; LABOV, 2001.

¹⁴ KABATEK, 2001; KABATEK, 2006; KABATEK, 2008.

com paradigmas da sua língua; que poderíamos facilmente formular como: «as palavras terminadas em –a são do género feminino e os nomes do género masculino terminam em –o».

b) Do mesmo modo na flexão verbal há certamente uma tendência para regularizar por analogia. As formas analógicas da primeira pessoa dos verbos como *eu ouvi* por *ouço*, *eu medo* (por *meço*), *eu perdo* (por *perco*) e *eu cabo* (por *caibo*) são sentidas como erros. Mas as formas *ardo* por evolução de *arço* e *morro* por evolução de *moiro* estão desde há séculos normalizadas na língua. A analogia é assim a reposição da regularidade dos paradigmas da língua, mas há inovações linguísticas que são notadas e consideradas erradas e há as que são aceites e até imitadas. O estatuto de erro parece estar intrinsecamente correlacionado com fatores de variação de ordem social. Depende da origem regional e social do grupo que introduz as inovações. E recordo a afirmação de William Labov: «é impossível compreender a mudança fora da vida social da comunidade em que ocorre»¹⁵. As novas variáveis serão aceites e até imitadas e reproduzidas se se revestirem de qualquer forma de prestígio. Por exemplo, que efeito tem uma regularização analógica quando surge num título do jornal «Expresso»? «O erro dos estrategos...» Certamente não vai ter o mesmo estatuto de ‘erro’ de outras inovações por analogia e vai ser eventualmente aceite na norma.

c) Este facto verifica-se também em relação a variáveis de realização fonética: o ditongo /ei/ na palavra «leite» ou «peito» pode ser articulado como /e/, /ei/ ou como /ai/. Certamente a última realização é preferida pela sua origem regional e social. De facto, a pronúncia /ai/ tem origem num grupo social e cultural elevado, da região centro litoral em que se situa a norma padrão prestigiada na comunidade linguística portuguesa. O /e/ em contexto de palatal em «mexo», «vejo», «venho», «velho» pode ser articulado como /e/, /ei/, /ai/ ou como /a/. Na norma prestigiada este *e* em contexto de palatal é pronunciado como /a/. Em relação a esta pronúncia, no entanto, em meados do século XIX, José Inácio Roquete considerava-a um «defeito de pronúncia» e comentava: «É muito frequente entre a gente ordinária de Lisboa mudar o *e* em *a* nalgumas palavras: dizem panha, lanha por penha, lenha»¹⁶. Mas a inovação expandiu-se. Em 1883, Gonçalves Viana diz que toda a gente em Lisboa diz assim¹⁷. E no português atual é a pronúncia mais prestigiada.

d) Mas se analisarmos outros casos verificamos um processo muito diferente: por exemplo a ditongação de *ě* breve e de *ō* breve latinos, como em *pié* (*pěde* > *pé*) e *nuabo* (*növu* > *novo*) são sentidos como «erro». Em grande medida porque estes ditongos são estereótipos de falares setentrionais (e de grupo social pouco culto) e são portanto muito desprestigiados. Em contrapartida observemos o que se passa em relação ao fenómeno de alteamento/fechamento das vogais em *bêrma* e *acêssu* — como por exemplo na frase «o trânsito segue pela *bêrma* e o *acêssu* à A1 está condicionado». Talvez ainda haja falantes que reajam a *bêrma* e *acêssu*, com o timbre alteado, mas quem ainda pro-

¹⁵ LABOV, 1978: 48.

¹⁶ ROQUETE, 1867: 106.

¹⁷ Apud TEYSSIER, 1984: 65.

nuncia as *térmas* ou as *pérdas*? Estas vogais fechadas tendem a ser aceites e imitadas. E que pensar de pronúncias clássicas subitamente restauradas: diz-se *intoxicação* ou *intocsicação*? Há inovações linguísticas que são introduzidas por grupos com posição elevada na pirâmide social, provenientes de regiões que contém os centros de poder e de decisão e veiculadas pelos meios de comunicação de massas — estas variáveis são prestigiadas, são avaliadas como legítimas e não como erros. E são imitadas e reproduzidas — expandem-se e propagam-se a toda a comunidade. Ou seja: a definição do «erro» na língua está também associada a parâmetros de variação social, cultural e geográfica. O falante e a comunidade linguística, tal como os gramáticos, sempre perspetivaram as alterações às regras/normas tradicionais e aceites como erros. Empiricamente e na perspetiva normativa sempre se falou/fala de erro nestes casos. Mas, como vimos, os traços inovadores e diferentes introduzidos pelo modo de falar considerado prestigiado não são considerados errados.

e) É interessante verificar como é célere a adoção de novos usos e como as formas tradicionais e normais são abandonadas. Assim no português atual parece não haver barreiras à entrada de empréstimos se associados a grupos cultos ou ligados às novas tecnologias. Palavras como: *email*, *laser*, *a net*, *o facebook*, e tantos outros.

As evoluções por empréstimo não são sentidas como «erros», mas as formas substituídas rapidamente parecem inadequadas. Num processo análogo ao observado no vocabulário do século XVI, em que as formas vernáculas e tradicionais eram abandonadas a favor de novas formas emprestadas pelo Latim. Novos termos são rapidamente adotados como *de todo* (e não «de maneira alguma»); *expectável/expectado* (e não esperado); *reportar* (e não informar ou comunicar); *inicializar* (e não iniciar); *sequela* de um filme (e não continuação); *paciente*, *prescrever*, *prescrição* (e não doente, receitar, receita); *colocar* ou *meter* (e não pôr). Em alguns casos são empréstimos de que nem nos apercebemos, decalque de palavras de outra língua (*not at all*, *expect*, *report*, *inicialise*, *sequel*, *patient*, *prescribe*, *prescription*); noutros casos a substituição deve-se a regularização de acordo com os paradigmas mais típicos da língua, como o abandono de *pôr* a favor de verbos de primeira e segunda conjugação como *colocar* e *meter*. Note-se que a substituição atinge mesmo expressões fixas como acontece em *meter a mesa*, ou *meter ovos*.

f) As inovações deixam de ser sentidas como erros depois de aceites pela norma. E é de sublinhar que a evolução linguística em curso dá lugar a hesitações. Às vezes durante séculos. Por exemplo, o gramático Duarte Nunes de Leão, refere já em 1576 a dificuldade de formação do plural dos nomes terminados em *-ão*. Diz haver «alguns que se não prezavam de maos portugueses vi errar»¹⁸ na formação desses plurais. E ainda hoje dada a irregularidade morfológica há algumas hesitações e não está completamente normalizado o plural dos nomes terminados em *-ão*. Os falantes hesitam na formação do plural de palavras como *capitão*, *corrimão* ou *Verão*.

g) A utilização de «além de» como contrastivo é claramente sentida como um erro. Como podemos avaliar no seguinte exemplo: «*Além de* (= apesar de) eu pertencer ao

¹⁸ LEÃO, 1983: 30.

conselho, não sou eu que tomo as decisões». Este uso é identificado como o de um falante pouco culto. Este «erro», no entanto, indicia um possível percurso de gramaticalização do morfema para a função e uso como contrastivo. E esse tipo de evolução ocorreu já na história do português com o conclusivo «por em» e os anafóricos «com tudo» e «toda via»¹⁹.

h) Também o futuro construído com o auxiliar *ir* é genericamente aceite; não está errado. Mas *vou ir* ainda é erro. O auxiliar não está plenamente gramaticalizado; logo não é aceite como auxiliar de si próprio. Porque o sema de movimento/direção ainda não está apagado, persiste, e há redundância.

i) Referirei ainda o uso dos participípios duplos em português em que igualmente se verificam hesitações. Segundo a regra tradicional os participípios regulares são utilizados na constituição dos tempos compostos, com os auxiliares *ter* e *haver* e os irregulares, os truncados, na formação dos tempos da passiva com os verbos. *ser*, *estar* e *ficar*. Mas a regra não se aplica e a generalização de uso das formas truncadas é evidente.

Surgem formas irregulares como *ter morto*, *ter eleito*, *ter pago*, *ter gasto*, *ter limpo*, *ter entregue*, *ter aceite*, *ter encarregue*. Quais serão ainda consideradas um erro? Algumas certamente já fazem parte da norma e são portanto aceites pela comunidade linguística.

CONCLUSÃO

É portanto pela inovação que os erros surgem. O erro, quando analisado pela linguística, é encarado como uma inovação, uma alteração em princípio prevista e suportada pelo sistema da língua, como uma tendência evolutiva com motivações diversas. Provoca sempre uma reação, uma resposta do sistema e a língua «reequilibra-se». Dado que a língua é um sistema dinâmico em evolução e não-regulamentável, o erro enquanto desvio a uma norma prévia, tradicional é um sinal inequívoco de mudança. É o início da própria evolução linguística.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Clara (2002) — *Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português medieval*. In HEAD, Brian F., ed. — *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*. Braga: Universidade do Minho, 72-82.
- ____ (2010) — *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*. Porto: U. Porto Edições.
- ____ (2015) — *Neologismos latinos na história do português: Análise de textos jurídicos medievais*. In COLUCIA, Rosario; BRINCAT, Joseph M.; MÖHREN, Frankwalt, eds. — *Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 5: Lexicologie, phraséologie, lexicographie*. Nancy: ATILF: 50-59.
- BARROS, João de (1971) — *Gramática da Língua Portuguesa*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

¹⁹ Cf. BARROS, 2010: 490-495.

- CAMÕES, Luís de (2000) — *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Instituto Camões.
- GÂNDAAVO, Pêro de Magalhães (1574) — *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Orthographia da Língua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma língua*. Lisboa: Antonio Gonsalvez.
- JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes, eds. (2001) — *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main/Madrid: Gredos.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1983) — *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LIGHTFOOT, David (1992) — *How to set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- ____ (2006) — *How new Languages Emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1995) — *Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno*. «Diacrítica», X, 3-30.
- ____ (2003) — *Para a história do sistema das sibilantes em Português. Algumas reflexões sobre a cronologia da mudança fonológica*. In BAY, Carmen Alemany et al., eds. — *Actas del Congreso internacional «La lengua, la Academia, lo popular, los clásicos, los contemporáneos...»*. Alicante: Universidade de Alicante, p. 783-791.
- MARTINET, André (1976) — *Économie des changements phonétiques*. 3.^a ed. Berne: Éditions Francke.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1981) — *Sobre a Mudança Linguística – Uma Revisão Histórica*. «Boletim de Filologia», t. XXVI, p. 83-99.
- ____ (2008) — *Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s)*. «Revista Linguística», vol. 3, p. 39-53.
- OLIVEIRA, Fernão de (1975) — *Gramatica da Lingoagem Portuguesa*. Ed. por Maria Leonor Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PAIVA, Maria Helena (2002) — *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Porto: Universidade do Porto. Dissertação de doutoramento.
- ROQUETTE, José Ignácio (1867) — *Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX.º século* (Nova ed.). Paris: Aillaud, Guillard e Ca.
- SAUSSURE, F. de (1974) — *Cours de linguistique générale*. Edition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot.
- SILVA NETO, S. da (1956) — *Fontes do Latim Vulgar – o Appendix Probi*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica.
- ____ (1986) — *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- TEYSSIER, Paul (1984) — *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.